MOÇÃO 2

PELA DEFESA DO AMBIENTE E POR UM FUTURO SUSTENTÁVEL

A defesa do ambiente constitui um dos maiores desafios do nosso tempo e uma responsabilidade coletiva que não pode ser adiada. A preservação dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade e o combate às alterações climáticas são condições indispensáveis à saúde, à qualidade de vida e ao bem-estar das populações, bem como à construção de um futuro digno e sustentável para as próximas gerações.

Num contexto marcado pela degradação dos ecossistemas, pela poluição e pela crescente exposição a fenómenos meteorológicos extremos, torna-se urgente reverter opções políticas que, subordinadas a interesses económicos, agravam as alterações climáticas e reforçar as políticas públicas de prevenção, proteção e promoção da sustentabilidade da vida no nosso planeta.

A situação de alerta declarada para 11 de novembro de 2026, na sequência das previsões meteorológicas adversas associadas à depressão Charles, veio recordar a vulnerabilidade das populações e das infraestruturas perante fenómenos desta natureza. Não podemos continuar a privilegiar respostas pontuais perante emergências, quando é indispensável investir numa verdadeira cultura de prevenção.

A proteção ambiental não pode ser entendida como um encargo individual dos cidadãos enquanto as políticas macro, aquelas que têm verdadeiro impacto, se subordinam a interesses económicos imediatos, sob o argumento do desenvolvimento. Pelo contrário, deve constituir um princípio orientador das políticas públicas, conciliando a sustentabilidade com a justiça social, a valorização do trabalho e a defesa dos serviços públicos. Não existe verdadeira sustentabilidade ambiental sem justiça social, nem desenvolvimento duradouro sem respeito pelos direitos das populações e dos trabalhadores.

Neste compromisso, a Escola Pública assume um papel fundamental. A educação ambiental deve ser parte de uma formação integral, que promova o pensamento crítico e a participação, instrumentos indispensáveis à construção de uma sociedade justa, equilibrada e responsável. Contudo, este encargo exige investimento público em condições de trabalho dos profissionais da educação, em condições adequadas nos estabelecimentos de ensino e no combate às desigualdades no acesso à educação, de forma a transformar os princípios em práticas efetivas.

Assim, os delegados ao 8.º Congresso dos Professores do Norte, reunido nos dias 20 e 21 de novembro de 2026, na Póvoa de Varzim, deliberam:

- Reafirmar o seu compromisso com a defesa do ambiente e da justiça climática, reconhecendo a proteção dos ecossistemas, da biodiversidade e dos recursos naturais como um dever coletivo e uma responsabilidade para com as gerações futuras.
- Exigir ao Governo e às entidades competentes o reforço das políticas públicas de prevenção e adaptação às alterações climáticas, através do investimento na proteção das florestas, dos rios e das zonas costeiras, na prevenção de incêndios e inundações e num ordenamento do território que salvaguarde as populações.
- Defender o reforço dos serviços públicos e das estruturas de proteção civil, garantindo os meios humanos, técnicos e financeiros necessários à prevenção de riscos, à resposta a emergências e à proteção das populações e dos trabalhadores.
- Reivindicar uma transição energética justa e socialmente responsável, promovendo as energias renováveis, a eficiência energética, a mobilidade sustentável e a utilização racional dos recursos, sem comprometer os direitos dos trabalhadores e o acesso universal a serviços essenciais.
- Exigir investimento na melhoria das condições ambientais e de segurança das escolas, garantindo edifícios livres de substâncias que comportam riscos para a saúde, energeticamente eficientes, com conforto térmico, com espaços verdes e com infraestruturas preparadas para enfrentar fenómenos meteorológicos extremos.
- Valorizar o papel da Escola Pública e dos profissionais da educação na promoção de uma formação das crianças e jovens que tenha em conta a sustentabilidade, a justiça e a paz, com o envolvimento ativo dos alunos e das comunidades educativas.
- Defender políticas ambientais transparentes e orientadas para o interesse público, promovendo a fiscalização das atividades poluentes, a responsabilização dos agentes causadores de danos ambientais e a participação dos cidadãos e das organizações representativas dos trabalhadores nas decisões que afetam o território e as comunidades.

Os delegados ao 8.º Congresso dos Professores do Norte reafirmam que a defesa do ambiente é inseparável da defesa da qualidade de vida, dos direitos sociais e de um modelo de desenvolvimento que coloque as pessoas e o interesse coletivo no centro das decisões políticas.

Proteger o ambiente é defender o presente, garantir o futuro e assumir a responsabilidade de deixar às próximas gerações um mundo mais justo, seguro e sustentável.

A presente moção será divulgada junto da comunidade educativa e remetida ao Governo e às entidades competentes, como expressão do compromisso dos Professores do Norte com a defesa do ambiente, da Escola Pública e da justiça social.

Póvoa de Varzim, 21 de novembro de 2026

O 8.º Congresso dos Professores do Norte

Proposta apresentada pela Direção